



Prefeitura Municipal de Bofete

CNPJ: 46.634.143/0001-56

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 02/2025 DE 21 DE JANEIRO DE 2025

Institui o Programa de Recuperação Fiscal do Município de Bofete, e dá outras providências.

EUGÊNIO CARLOS ALVES, Prefeito Municipal de Bofete, usando de suas atribuições legais, faz saber que Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica instituído o Programa de Recuperação Fiscal do Município de Bofete com o objetivo de facilitar a recuperação de créditos municipais tributários e não tributários e incrementar o ingresso de receita municipais.

Art. 2º - O contribuinte com débito perante a Fazenda Municipal vencido até 31 de Dezembro de 2024, poderá quita-lo com redução de juros e multa de mora, os valores corrigidos monetariamente poderão ser pagos à vista ou parcelado da seguinte forma:

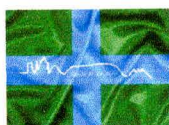
I – Em parcela única, com 100% (cem por cento) de desconto, à vista;

II – Em até 4 (quatro) parcelas mensais e fixas, com 80% (oitenta por cento) de desconto;

III - Em até 5 (cinco) parcelas mensais e fixas, com 60% (sessenta por cento) de desconto;

IV – Em até 6 (seis) parcelas mensais e fixas, com 40% (quarenta por cento) de desconto;

V – Em até 8 (oito) parcelas mensais e fixas, com 20% (vinte por cento) de desconto;



Rua Nove de Julho, 290 - Centro - Bofete - SP - CEP 18590-000
Telefone: (14) 3883-9300
www.bofete.sp.gov.br



Prefeitura Municipal de Bofete

CNPJ: 46.634.143/0001-56

§1º - As disposições desta Lei Complementar aplicam-se aos débitos tributários e não tributários, inscritos ou não em dívida ativa, ajuizados ou não e aos saldos de parcelamentos cujos os fatos geradores tenham ocorrido até 31 de dezembro de 2024, ainda que apurados e constituídos após esta data.

§2º - A data limite de adesão ao Programa de Recuperação Fiscal do Município de Bofete, será até o dia 31/08/2025, podendo ser prorrogado.

§3º - O valor da parcela não poderá ser inferior a R\$ 50.00 (cinquenta reais)

§4º - Os débitos em geral, depois de corrigidos monetariamente, poderão ser parcelados em até 36 parcelas sem os respectivos descontos.

Art. 3º - Não poderão ser incluídos no programa enquanto vigente a presente Lei:

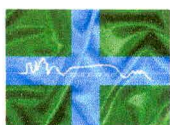
I – Os débitos já ajuizados, em execução definitiva, que estejam garantidos por penhora on-line (BACEN JUD); e

II – Os débitos provenientes da Ação Civil Pública por Improbidade Administrativa.

Art. 4º - A formalização do pedido de ingresso no Programa implica o reconhecimento dos débitos nele incluídos, ficando condicionada à desistência de eventuais ações ou embargos à execução fiscal, com renúncia ao direito sobre o qual se fundam nos autos judiciais respectivos e à desistência de eventuais impugnações, defesas e recursos apresentados no âmbito administrativo.

§ 1º - Verificando-se a hipótese de desistência dos embargos à execução fiscal, o devedor concordará com a suspensão do processo de execução, pelo prazo do pagamento a que se obrigou obedecendo-se ao estabelecido no art. 922 do Código do Processo Civil.

§ 2º - No caso do § 1º deste artigo, liquidado o parcelamento nos termos desta Lei, o Município informará o fato ao juízo da execução fiscal e





Prefeitura Municipal de Bofete

CNPJ: 46.634.143/0001-56

requerará a sua extinção com fundamento no inciso II do Art. 924 do Código de Processo Civil.

§ 3º - Como condição para adesão ao programa, o contribuinte deverá concordar que o depósito judicial eventualmente realizado seja levantado após a quitação do parcelamento.

§ 4º - Considera se débito a soma do crédito principal, as obrigações acessórias, a correção monetária, a multa e os juros de mora previstos na Legislação Municipal.

Art. 5º - A concessão dos benefícios previstos nesta Lei:

I – Não dispensa, na hipótese de débitos protestados e/ou ajuizados, o pagamento das custas e dos emolumentos judiciais e, ainda, os honorários advocatícios, fixados em 10 % (dez por cento) sobre o valor do débito, salvo se fixado valor superior em eventual ação judicial.

II – Não autoriza a restituição, no todo ou em parte, de importância recolhida anteriormente ao início da vigência desta Lei.

Parágrafo único – O valor das custas e emolumentos processuais deve ser recolhido diretamente ao Poder Judiciário ou ao Cartório de Protestos.

Art. 6º - A opção pelo ingresso no programa impõe ao sujeito passivo a aceitação plena e irretratável de todas as condições estabelecidas nesta Lei e constitui confissão irrevogável e irretratável de todas as condições estabelecidas nesta Lei e constitui confissão irrevogável e irretratável da dívida relativas aos débitos neles incluídos com o reconhecimento expresso da certeza e liquidez do crédito correspondente, produzindo os efeitos previstos no art. 174, parágrafo único, do Código Tributário Nacional e no art. 202, Inciso IV, do Código Civil.

§ 1º - A homologação do ingresso no programa dar-se-á no momento do pagamento da parcela única ou da primeira parcela, para os casos de parcelamento previstos no art. 1º desta Lei Complementar.





Prefeitura Municipal de Bofete

CNPJ: 46.634.143/0001-56

§ 2º - A exigibilidade do débito será suspensa somente após o pagamento da primeira parcela.

Art. 7º - O sujeito passivo poderá ser excluído do programa, mediante notificação prévia, diante da ocorrência de uma das seguintes hipóteses:

I – Inobservância de quaisquer das exigências estabelecidas nesta Lei;

II – Estar em atraso com o pagamento de qualquer parcela há mais de 60 (sessenta) dias;

III – A não comprovação da desistência de que trata o art. 2º desta Lei no prazo de 10 (dez) dias contados da data de homologação do débitos do programa;

IV – Decretação de falência ou extinção pela liquidação da pessoa jurídica;

V – Cisão da pessoa jurídica, exceto se a sociedade nova, oriunda da cisão ou aquela que incorporar a parte do patrimônio assumir solidariamente com cindida, as obrigações do programa.

Art. 8º - A exclusão do sujeito passivo do Programa de Recuperação Fiscal do Município de Bofete, implicará:

I – O imediato cancelamento da parcelamento realizado nos termos da legislação;

II – Acarretará conforme o caso:

a) O vencimento antecipado e total do saldo devedor que será cobrado com os acréscimos legais sobre o remanescente devidamente atualizado, vedando-se novo parcelamento quanto ao referido débito;

b) O ajuizamento da respectiva execução fiscal;

c) Em se tratando de débito inscrito e ajuizado, o imediato prosseguimento da execução fiscal.





Prefeitura Municipal de Bofete

CNPJ: 46.634.143/0001-56

§ 1º - Aplica-se o disposto no artigo 8º em caso de não pagamento da primeira parcela ou parcela única na data de seus respectivos vencimentos.

§ 2º - O programa não configura novação automática prevista no inciso I do art. 360 do Código Civil.

§ 3º - Uma vez excluído, o devedor não poderá aderir a novo Programa de Recuperação Fiscal nos próximos 36 (trinta e seis) meses, contados da exclusão.

Art. 9º Esta Lei Complementar poderá ser regulamentada através de Decreto do Executivo no que for necessário.

Art. 10 – Esta Lei complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Eugênio Carlos Alves

Prefeito Municipal





Prefeitura Municipal de Bofete

CNPJ: 46.634.143/0001-56

JUSTIFICATIVA PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº02

Senhor Presidente.

Senhoras e Senhores Vereadores.

Encaminho para apreciação de Vossas Excelências o Projeto de Lei de nº 02, que institui de o Programa de Recuperação Fiscal – REFIS para o exercício de 2025.

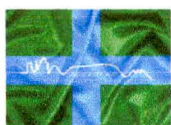
O presente Projeto de Lei, tem como objetivo recuperar recursos devidos por contribuintes que estão devedores com a municipalidade. O Programa REFIS 2025 é um benefício à população, uma vez que possibilita o pagamento dos débitos tributários de forma diferenciada, definindo se níveis de desconto para a modalidade de pagamento escolhida, seja ela à vista ou parcelada, é também benéfico para o Município, já que cria oportunidade para regularização fiscal de seus contribuintes. Dessa forma, a população tem neste exercício de 2025, a oportunidade de liquidar seu débitos perante a Fazenda Pública, com a vantagem da possibilidade de quitação dos valores originais de seus débitos.

Dessa forma, a autorização Legislativa se faz necessária no sentido de dar ao ente Executivo a possibilidade de conter a queda na arrecadação, incentivando o desenvolvimento do Município e a recuperação de créditos da Administração.

Por tanto, em razão do exposto, encaminho a presente proposição para a apreciação e aprovação desta Nobre Casa de Leis. Aproveito a oportunidade para renovar meus votos do mais alto apreço e consideração.

Eugênio Carlos Alves

Prefeito Municipal



Rua Nove de Julho, 290 - Centro - Bofete - SP - CEP 18590-000
Telefone: (14) 3883-9300
www.bofete.sp.gov.br